

A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO PNAIC

Milene Trajano da Silva (mtsmilene@hotmail.com - PPGEd / UFCG)
Melânia Mendonça Rodrigues (melania.r@uol.com.br - PPGEd / UFCG)

Introdução

Para colocar em prática os compromissos firmados na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, o governo brasileiro, na gestão do presidente FHC, iniciou uma série de reformas que contemplaram (além de outras propostas): mudanças nos níveis e modalidades de ensino, nas diretrizes curriculares, na avaliação, na forma de gerir a escola e nas orientações quanto a formação de professores. Vale lembrar que as reformas ocorridas no cenário da educação ocorreram em consonância com a reforma do Estado que passou a assumir um caráter Neoliberal.

As orientações relacionadas à formação de professores, como um dos eixos centrais das reformas, ganha destaque no que se refere às legislações e normas aprovadas, tendo em vista o interesse do Estado no aspecto da formação dos docentes da escola pública, pois se acreditava que eles seriam um dos principais pilares para que ocorresse a melhoria da qualidade de educação brasileira. Silva (2013), afirma que com relação a formação docente, a UNESCO passou a orientar os estabelecimentos de laços mais estreitos entre as Universidades e os institutos de formação dos futuros professores da educação básica, chamando a atenção para o desenvolvimento de uma política de formação continuada em detrimento a formação inicial.

Nesse sentido, várias formações foram realizadas a nível nacional para materializar a proposta da política nacional de formação continuada. Estas passaram a ter como eixo norteador, formar o professor para desenvolver práticas que visassem melhorar o desempenho dos alunos nas séries iniciais nos aspectos da leitura, da escrita e do domínio dos cálculos matemáticos.

Como uma continuidade da política nacional de formação continuada, no cenário educacional brasileiro, surgiu no ano de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que é o objeto desta pesquisa em andamento. Com o olhar voltado para o referido objeto, a presente pesquisa objetiva analisar criticamente o processo formativo desenvolvido pelo PNAIC em um município paraibano, no período de 2013 a 2016, considerando os fundamentos dessa formação com a política nacional de formação continuada.

Referencial Teórico

Se pensarmos a formação continuada em relação ao seu conceito, teremos várias definições, para Libâneo (2004), a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Desta forma, podemos dizer que o momento da formação continuada é necessário e deve ser entendida, como uma oportunidade para os professores aprender, trocar experiências, refletir sobre os seus saberes e conhecimentos científicos adquiridos nas universidades, propor novas concepções e práticas, atualizar o conhecimento em torno do cenário educacional, conhecer novas teorias e fazer uma autoavaliação de sua prática, para assim redimensionar o seu fazer docente, ou seja, deve ser um espaço de construção de conhecimentos para subsidiar novas práticas.

Cabe a nós refletirmos de forma crítica sobre as formações continuadas que estão postas no bojo das políticas educacionais vigentes, compreendendo que estas são orientadas pelo Banco Mundial, podemos nos questionar: a serviço de quem elas estão? Quais as suas verdadeiras propostas?

Santos (2000) afirma que o Banco Mundial investe na educação continuada na perspectiva de melhorar o desempenho docente para que o professor venha a ter um maior domínio dos conteúdos das disciplinas e das estratégias pedagógicas para ministrar tais conteúdos. O autor ainda fala que isso é uma forma de instrumentalizar o docente para seguir diretrizes e normas curriculares. Se pensarmos nesses dois últimos pontos, podemos refletir que as formações continuadas também podem ser formas de regular os conhecimentos que são trabalhados em sala. E essa regulação se faz necessário por parte dos Organismos Internacionais, pois é interesse destes organismos fazer a seleção do que se trabalha na escola pública.

Também vale ressaltar que os organismos internacionais dão preferência em investimentos em formação continuada ao invés da formação inicial, isso porque além de custar mais barato, esse tipo de formação oferece apenas a técnica, o treinamento, o conhecimento “empobrecido”, não dispendo de discussões políticas que levem a refletir sobre fazer uma educação que emancipe os sujeitos.

Torres *apud* Miguel e Vieira (2008) afirma que o tema docente incomoda o Banco Mundial, pois para eles, os professores (e seus sindicatos), são vistos como um problema antes que recurso, já que se trata de “insumo” educativo necessário porém caro, complexo e difícil de lidar. Nesse sentido o docente é visto como um sujeito político, que pode se organizar enquanto classe trabalhista e essa reação não vai ao encontro dos interesses dos organismos internacionais. Por isso a eles, a formação/capacitação devem ser investimentos mínimos dentre as prioridades recomendadas.

Metodologia

Para a realização da presente pesquisa utilizaremos o método de pesquisa do materialismo histórico-dialético que permite analisar o objeto a partir das contradições que permeiam a sociedade. No que diz respeito ao caminho metodológico este se dará através dos seguintes momentos: estudo bibliográfico dos conceitos e teorias que irão fundamentar a pesquisa (está ocorrendo através da participação nas disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós Graduação). Concomitante a essa etapa, está sendo construído um capítulo teórico que discute e contextualiza a política nacional de formação de professores.

Posteriormente será feito: um estudo da proposta nacional do Pacto; observações dos encontros das formações continuada no município de Juazeirinho (município lócus da pesquisa); análises dos materiais distribuídos pelo MEC (materiais estes destinados para os estudos dos professores e para o uso na sala de aula); entrevistas semi - estruturadas (para verificar as percepções dos docentes quanto a formação recebida no município em parceria com o governo federal); observações de aulas e da aplicabilidade de algumas atividades orientadas pela formação do Pacto; análises de relatórios elaborados pelos professores.

Os dados obtidos serão analisados a luz dos estudos de Santos (2000), Freitas (2014), Shiroma; Morais e Evangelista (2002), dentre outros autores que refletem sobre a formação docente no Brasil e especificamente sobre a política de formação continuada.

Referências

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Aboni Marisa Dudeque Pianovski. **As políticas educacionais e formação continuada do professor.** Campinas: Revista HISTEDBR on-line, nº 31, setembro. 2008, P. 127-141.

SANTOS, Luciola Licínio de C. P. **A implementação de políticas do Banco Mundial para a formação docente.** Caderno de Pesquisa, Nº 111, 2000, dezembro, P. 173 - 182

SILVA, Alisson Fagner de Souza. **A reforma do estado e o modelo gerencial da educação na rede pública estadual do Pernambuco (2007 – 2010):** um estudo das políticas de formação continuada de professores no ensino médio. Tese (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013